



Crise ambiental e crise do modo de produção: os limites sócio-metabólicos do capital

Ricardo Gauterio Cruz¹
Rossane Vinhas Bigliardi²
Luis Fernando Minasi³

Resumo: O presente trabalho, pela aproximação teórica à categoria de Modo de Produção, busca aclarar os fundamentos da sociabilidade burguesa e de sua relação com os aspectos mais essenciais da crise ambiental. Pauta-se pela hipótese de que a crise do modo de produção que temos entendido estar em curso apresenta-se para além da crise financeira capitalista, como problema de ordem ambiental, como crise ligada à totalidade do potencial de autodestruição da humanidade no atual desenvolvimento histórico, principalmente por meio da destruição irrevogável da natureza pelo Capital. Neste sentido, a crise ambiental enquanto expressão de um fenômeno ainda maior – a crise estrutural do modo de produção – pode ser compreendida a partir da análise dos fundamentos do modo de produção ora hegemônico, que como buscaremos demonstrar, depende de formas entrópicas de apropriação da natureza (e de sua destruição) bem como da destruição da vida humana.

Palavras-Chave: Modo de Produção; Crise Estrutural; Crise Ambiental; Educação Ambiental Emancipatória

Abstract: The present work seeks to clarify the foundations of bourgeois sociability and its relationship with the most essential aspects of the environmental crisis. It is guided by the hypothesis that the crisis of the mode of production that we understood to be ongoing features beyond the capitalist financial crisis as an environmental problem, as a crisis linked to the full potential of self-destruction of humanity in the current historical development mainly through the irrevocable destruction of nature by Capital. In this sense, the environmental crisis as an expression of a greater phenomenon - the structural crisis of the mode of production - can be understood from the analysis of the foundations of the hegemonic mode of production now, as we seek to demonstrate, depends on entropic forms of appropriation of nature (and its destruction) as well as the destruction of human life.

Keywords: Mode of Production, Structural Crisis, Environmental Crisis, Critical Environmental Education

Introdução

¹ Doutorando em Educação Ambiental (PPGEA-FURG). ricardo_gcruz@hotmail.com

² Doutora em Educação Ambiental (PPGEA-FURG). rossanevb@hotmail.com

³ Doutor em Educação (PPGE-UFRGS). lfminasi@terra.com.br

A crise do modo de produção que temos entendido estar em curso apresenta-se para além da crise financeira capitalista, como problema de ordem ambiental, como crise ligada à totalidade do potencial de autodestruição da humanidade no atual desenvolvimento histórico, principalmente por meio da destruição irrevogável da natureza pelo Capital. Neste contexto, temos compreendido a Educação Ambiental para além de um simples campo do saber, mas como a estratégia político-pedagógica para emancipação dos sentidos humanos acerca dos fundamentos do modo de produção material de nossa sociedade, que guarda em sua essência o fundamento desta crise de proporções civilizatórias que vivemos.

A compreensão de natureza a partir da categoria de totalidade, como estamos convencidos, é capaz de conduzir a uma percepção adequada do movimento de nossa sociedade e das relações que realmente estão em desacordo com o desenvolvimento da humanidade de modo harmônico com o seu meio. Neste sentido, sentimos necessário que tenhamos presente a indissociabilidade entre o gênero humano e natureza que lhe é externa (e que lhe garante a vida física) e a necessária dependência dialética entre ambos.

Neste sentido, a crise ambiental enquanto expressão de um fenômeno ainda maior – a crise estrutural do modo de produção – pode ser compreendida a partir da análise dos fundamentos do modo de produção ora hegemônico, que como buscaremos demonstrar, depende de formas entrópicas de apropriação da natureza (e de sua destruição) bem como da destruição da vida humana.

Assim, no presente trabalho, pela aproximação teórica à categoria de Modo de Produção, buscaremos aclarar os fundamentos da sociabilidade burguesa e de sua relação com os aspectos mais essenciais da crise ambiental.

O Significado da Categoria Modo de Produção

A análise a que nos dedicamos no presente artigo, exige-nos a compreensão do Modo de Produção enquanto categoria geral, produzida no processo de desenvolvimento do gênero humano. Segundo José Paulo Netto (2010), o Modo de Produção é determinado pela articulação entre as relações de produção e as forças produtivas, ou seja, a articulação entre as relações sociais que se desenvolvem em função da produção material da vida, e os três elementos que se configuram como forças produtivas: a) os meios de trabalho: aquilo de que se vale o ser social para trabalhar, como instrumentos, ferramentas, máquinas, instalações, além da terra; b) os objetos do trabalho: aquilo sobre o que incide o trabalho do ser social, que se constitui em natureza bruta ou em natureza modificada pela ação

humana; e c) a força de trabalho: a energia do ser social que, utilizando os meios de trabalho, transforma os objetos do trabalho para satisfação das necessidades humanas.

O modo de produção, assim, é a forma geral como o sistema social de uma determinada época se organiza; a história do gênero humano é marcado por quatro modos de produção: primitivo, escravista, feudal e capitalista.

Destaca Netto que os modos de produção não se constituem como resultantes harmoniosos ou estáticos do desenvolvimento social, ainda que perdurem por séculos e se apresentem, aparentemente, como estáveis, mas ao contrário, “são atravessados por contradições, das quais as mais decisivas se põem quando forças produtivas e relações de produção deixam de se corresponder” (NETTO, 2010, p.60-61), momento em que o velho modo de produção entra em crise, e se dá uma ruptura para um novo modo de produção, onde relações de produção novas e qualitativamente diferentes colocarão em movimento os meios de produção, desenvolvendo-os até que, novamente, os limites estruturais do sistema sejam alcançados, e a transformação em um novo modo de produção se torne necessária.

Tal categoria aduz não apenas a forma de organização da produção, mas de todos os aspectos da vida material que daí advém: o ordenamento jurídico, a cultura, as relações familiares, a produção artística, e principalmente, a reprodução espiritual – ou a compreensão do mundo – a partir das relações objetivas que se desenvolvem na produção material da vida social. “Esquemáticamente”, pode-se afirmar que, no modo de produção “encontra-se a estrutura (ou base) econômica da sociedade, que implica a existência de todo um conjunto de instituições e de idéias com ela compatíveis”, ou seja, implica “em um conjunto de fatores geralmente designado superestrutura e que compreende fenômenos e processos extra-econômicos: as instâncias jurídico-políticas, as ideologias ou formas de consciência social” (NETTO, 2010, p.61).

Marx pondera sobre esta questão, afirmando que

(...) na produção social de sua existência, os homens estabelecem relações determinadas, necessárias, independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais. O conjunto destas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base concreta sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e a qual correspondem determinadas formas de consciência social. O modo de produção da vida material condiciona o desenvolvimento da vida social, política e intelectual em geral. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; é o seu ser social que, inversamente, determina a sua consciência (MARX, 1983, p. 24)

O modo de produção, portanto, é “o berço de toda a cultura da humanidade, do ser humano como ser pensante, com necessidades materiais, com necessidades espirituais, com esperanças, com desejos de chegar mais alto na compreensão do que é o ser humano, a vida, o mundo”, é a categoria geral, na qual se inscrevem todos os fenômenos materiais-sociais, nele residindo “o básico da existência da mulher e do homem: a busca de maneiras de satisfazer suas necessidades de existir, de sobreviver, e ao mesmo tempo de criar, de transformar a realidade que lhe dá abrigo” (COLAO, 2006, p.146).

No modo de produção, portanto, não estão inscritas simplesmente as relações de produção e as forças produtivas, suas circunstâncias materiais, objetivas, mas também a dimensão subjetiva do ser social, toda sua produção espiritual, a cultura, a arte, os valores, as crenças, a ciência e todas as instâncias da vida privada. Todos os fenômenos materiais-sociais, portanto, estão circunscritos no modo de produção, fazem parte das relações que nele se desenvolvem, e assumem o mesmo caráter histórico e mutável do próprio modo de produção, que lhes determina o movimento particular. Neste sentido, Colao (2006, p.146) entende o Modo de Produção “como uma realidade dialética onde todos os processos que nele se realizam estão em perpétuo movimento, tanto os que se concretizam na especificidade do desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção como nos resultados que esse desenvolvimento origina”.

Da unidade entre as forças produtivas e as relações de produção surgem, portanto, não apenas as formas particulares de produção material da vida – o intercâmbio orgânico do homem com a natureza que lhe é externa, afim de satisfazer as necessidades humanas – como também o modo particular de organização da sociedade: o ordenamento jurídico, a política, a criação dos filhos, a organização da propriedade – comunal ou privada – a transmissão de saberes, as crenças, enfim, as mais diversas instâncias do mundo da vida, e que determinam e designam a sociedade – ou uma determinada formação social – em um dado momento histórico.

A Crise Estrutural do Modo de Produção

Os acontecimentos que culminaram, em 9 de novembro de 1989, na queda do Muro de Berlim, não marcaram apenas a derrocada do socialismo soviético, mas ratificaram, naquele momento, que o Modo de Produção Capitalista triunfaria definitivamente sobre a ameaça comunista, que se afirmaria como a forma definitiva e inquestionável de organização dos meios de produção.

Hoje, pouco mais de duas décadas passadas daquele episódio, vemos que tais indícios eram reveladores, tão somente, da expressão aparente do capitalismo como modo de produção inquestionável e definitivo, e que este modo de produção vem conduzindo a humanidade, a passos acelerados, rumo a uma catástrofe de proporções inimagináveis.

Em *A Crise Estrutural do Capitalismo* (2009), István Mészáros nos alerta para o fato de que “a crise estrutural do sistema do capital como um todo – a qual estamos experimentando nos dias de hoje em um escala de época – está destinada a piorar consideravelmente” (2009, p.17), e que esta crise é impossível de ser negada, mesmo pelos porta-vozes do Capital. Como exemplo, Mészáros faz alusão à advertência feita por Edwin Nixon, presidente da IBM no Reino Unido, quando declarou que

Estamos à beira da crise econômica – uma crise cujas conseqüências sociais e políticas mal começamos a vislumbrar. Estamos diante de um declínio contínuo – e em seu rastro teremos a decadência social e política, e talvez mesmo a própria democracia lutando para sobreviver (MÉSZÁROS, 2009, p.31).

Esta crise não é experimentada apenas pelos excluídos do trabalho pelo crescente desemprego, ou pelos trabalhadores que se encontram em condições análogas à de escravos sobretudo na Ásia, ou mesmo na morte pela fome na África, ou na crescente favelização na América Latina; essa crise é experimentada pelos próprios agentes ativos do Capital, e evidenciada pela crescente necessidade de intervenção e de regulação estatal para evitar – ou melhor, retardar a inevitável – implosão do Modo de Produção Capitalista.

Mészáros nos coloca que, frente a estes indícios,

(...) dificilmente seria possível negar que algo de significativamente novo está ocorrendo no sistema em seu conjunto. Sua natureza não pode ser explicada, como foi tentado de início, apenas em termos de uma crise cíclica tradicional, uma vez que tanto o âmbito como a duração da crise a que fomos submetidos nas últimas duas décadas superam hoje os limites historicamente conhecidos das crises cíclicas (...) À medida que os sintomas de crise se multiplicam e sua severidade é agravada, parece muito mais plausível que o conjunto do sistema esteja se aproximando de certos limites estruturais do capital, ainda que seja excessivamente otimista sugerir que o modo de produção capitalista já atingiu seu ponto de não retorno a caminho do colapso. (2009, p.41).

Em sua leitura da realidade, é enfático na afirmação de que jamais um status quo durou indefinidamente, e que frente às forças expansivas e destrutivas que movimentam este modo de produção, a questão não é se haverá ruptura ou não, mas sim, por que meios a inevitável ruptura se dará:

(...) se romperá por meios militares devastadores ou haverá válvulas sociais adequadas para o alívio das crescentes tensões sociais, que hoje

estão em evidência mesmo nos cantos mais remotos de nosso espaço social global? A resposta dependerá de nosso sucesso ou fracasso na criação dos necessários movimentos estratégicos, e instrumentos capazes de assegurar uma efetiva transição para uma sociedade socialista, na qual a humanidade possa encontrar a unidade que necessita para a sua simples sobrevivência (2009, p. 48).

Nesta compreensão de realidade, vamos precisar estender nossa análise à dimensão ambiental da crise, considerando-a como claro sintoma do esgotamento estrutural do Capitalismo, de seu metabolismo, de sua essência e de seu fundamento.

Mészáros acompanha tal posicionamento, destacando a compreensão de Marx sobre a relação entre Modo de Produção Capitalista e Natureza, como vemos:

Marx compreendeu perfeitamente, já naquela altura [referindo-se à obra *A Ideologia Alemã*], que uma reestruturação radical do modo predominante de intercâmbio e controle humano é o pré-requisito necessário para um controle efetivo das forças da natureza, que são postas em movimento de forma cega e fatalmente autodestrutiva sobretudo em virtude do modo predominante, alienado e reificado de intercâmbio e controle humanos (2009, p. 53).

Ancorado em tal compreensão de Marx sobre as relações de apropriação da natureza, que deixa de servir ao homem em sua atividade vital – o trabalho livre – e torna-se mercadoria juntamente com a força de trabalho – por meio do trabalho alienado – Mészáros analisa a forma danosa e estruturalmente destrutiva de metabolismo do capital:

(...) ele [o Modo de Produção Capitalista] não pode separar “avanço” de destruição, nem “progresso” de desperdício – ainda que as resultantes sejam catastróficas. Quanto mais o sistema destrava os poderes da produtividade, mais libera os poderes de destruição; e quanto mais dilata o volume da produção tanto mais tem de sepultar tudo sob montanhas de lixo asfixiante. O conceito de economia é radicalmente incompatível com a “economia” da produção do capital, que necessariamente causa um duplo malefício, primeiro por usar com desperdício voraz os limitados recursos do nosso planeta, o que é posteriormente agravado pela poluição e pelo envenenamento do meio ambiente humano, decorrentes da produção em massa de lixo e efluentes. (2009, p.73).

O autor sintetiza, dessa forma, a incompatibilidade das relações do Capital com um meio ambiente natural equilibrado e saudável, e logo, com uma vida humana saudável. O Modo de Produção Capitalista é, por suas contradições, necessariamente antagônico a vida, pois a reifica, a torna coisa, e para se produzir, destrói a coisa, seja ela humana ou natural.

Na forma como estamos compreendendo o Modo de Produção Capitalista, o seu metabolismo reforça o falso compromisso do Capital com a sustentabilidade sócio-ambiental. Para compromissar-se com a sustentabilidade ambiental, o Capital teria de

preferir o lucro, e então, se tornaria outro modo de produção, e não o existente. Cabe, aqui, um esclarecimento acerca de dois termos fundamentais para a teoria marxista e que muitas vezes são empregados, de forma equivocada, enquanto sinônimos. Trata-se da distinção entre “Capital” e “Capitalismo”.

Não é ao acaso, nos diz Mészáros, “que Marx não instituiu sua principal obra ‘O Capitalismo’, e sim ‘O Capital’” (1995, p.130). Tal distinção é fundamental para que se compreenda a verdadeira natureza da crise político-econômico-ambiental por que passa a humanidade.

O Capitalismo é, no modo como o estamos compreendendo, uma manifestação aparente do Capital, sua forma latente. O Capital, por sua vez, é o conjunto de relações que, em sua essência, determina e controla o metabolismo da sociedade, ou seja, que determina o modo de produção das condições materiais necessárias à reprodução da sociedade, e conseqüentemente, à forma de relação homem-natureza.

(...) você pode, num certo sentido, abolir o capitalismo por meio do levante revolucionário e da intervenção no plano da política, pela expropriação do capitalista. Ao fazê-lo, você colocou fim ao Capitalismo, mas nem sequer tocou no poder do Capital. (...) a União Soviética não era capitalista, nem mesmo capitalista de Estado. Mas o sistema soviético era bastante dominado pelo poder do Capital: a divisão do trabalho permaneceu intacta, a estrutura hierárquica de comando do Capital subsistiu. O Capital é um sistema de comando cujo modo de funcionamento é orientado para a acumulação, e esta pode ser assegurada de muitas formas diferentes (MÉSZÁROS, 1995, p.130).

A propriedade privada dos meios de produção é, portanto, categoria central do Capitalismo, enquanto que a produção orientada para a acumulação – a produção de excedente que não será distribuído, mas pelo contrário, concentrado – é a categoria central do Capital. O Outro Mundo Possível e Necessário de que nos fala Mészáros, não há de ser apenas o mundo da propriedade coletiva dos meios de produção, mas de distribuição dos resultados da produção na medida das necessidades individuais.

O Outro Mundo Possível e Necessário será aquele em que cada sujeito contribuirá com a sociedade na medida de suas possibilidades, e receberá da sociedade na medida de suas necessidades. Esta é a igualdade substantiva de que nos fala Marx, ratificada por Mészáros, e que implica no reconhecimento de que cada indivíduo é diferente dos demais, e por sua individualidade, suas necessidades lhe são particulares. Não se trata de um modo de produção em que todos terão as mesmas coisas, nas mesmas quantidades, mas ao contrário, é o modo de produção em que todas as necessidades

humanas serão plenamente atendidas, na medida de sua manifestação particular em cada indivíduo.

Estamos compreendendo que o Modo de Produção Capitalista não é capaz de desenvolver as forças produtivas além do que já fez, ou seja, o Capitalismo foi necessário em dado momento histórico e sua existência condicionou o desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção – do metabolismo social –, entretanto, o estágio particular em que se encontra, seu conteúdo material, determina, para que o processo de desenvolvimento das forças produtivas siga seu caminho necessário, que outro modo de produção se torne realidade.

Enquanto existir o Capital, nos diz Marx (1996), seremos todos meros produtores de mercadorias, guardiões de seu fetiche, produtores de valores que jamais satisfarão nossas próprias necessidades, em um processo de alienação cada vez menos humano. É neste sentido que a classe proletária tem como vocação ontológica a revolução social, o desenvolvimento da própria consciência de modo que lhe seja possível organizar as condições materiais necessárias para que se deixe de produzir para gerar a mais valia do burguês, e se passe a produzir para satisfazer as necessidades genuínas do humano.

Nos momentos em que a crise estrutural manifesta-se de forma mais marcante – como ocorrido com a última crise econômica mundial, iniciada nos Estados Unidos em outubro de 2009, ou como na crise vivida atualmente pela União Européia – todo o sistema entra em estado de disfunção, materializa-se a possibilidade concreta de “quebra”, de colapso global do modo de produção. O colapso do sistema, cabe ressaltar, não significa a passagem ao socialismo, mas, no modo como o estamos compreendendo, apenas o fim desta forma particular de capitalismo, e talvez até do Capital, mas também a regressão da sociabilidade a níveis inimagináveis.

A construção do socialismo enquanto alternativa pós-capitalista depende da capacidade da classe trabalhadora se organizar para intervir no cenário político nestes momentos de fragilidade do sistema. O modo como a humanidade se portar nestes momentos de crise, e particularmente, a forma da classe trabalhadora se portar na crise, irá determinar a transição do capitalismo ao socialismo, ou a reprodução do capitalismo que, dada sua condição estrutural, conduzirá a humanidade à destruição.

Nossa compreensão é de que a burguesia conduziu os destinos da humanidade de modo a levá-la ao máximo do desenvolvimento das forças do capital. Não há desenvolvimento possível das forças produtivas que ainda tenha espaço neste modo de produção, as forças produtivas e as relações de produção só poderão seguir desenvolvendo-

se pela superação do modo de produção. Cabe à classe trabalhadora assumir seu papel na história e conduzir a revolução, pois não se trata mais do processo de humanização do humano apenas, mas de evitar um estado social de regressão das forças produtivas e de barbárie até a destruição da humanidade.

Aspectos Ambientais da Crise Estrutural

O meio ambiente, em consonância com uma compreensão crítica e transformadora da Educação Ambiental, não pode ser entendido de forma reducionista, vinculado à natureza não-humana, da mesma forma que o humano não pode ser compreendido fora – ou mesmo de modo antagônico – à natureza não-humana. Enquanto parte integrante da esfera biológica da Terra, o ser humano é natureza; dela só se diferencia pelo alto grau de sociabilização que lhe foi facultado desenvolver ao passo que desenvolveu a consciência. Dizer que, no trabalho, o homem se relaciona com a natureza, como temos compreendido, significa dizer que a natureza se relaciona com ela própria, pois em seu processo dialético de desenvolvimento, o ser social e a natureza não-humana são entes que se dependem mutuamente.

No modo de produção capitalista, em particular, esta relação de mútua dependência gera resultados desumanizadores e destrutivos, uma vez que que infringe transformações excessivas, para além das necessidades reais, na natureza. As relações sociais de produção que se desenvolvem sob a lógica capitalista produzem a desumanização, pois se calcam na exploração, na opressão, na destruição da vida, na violência sofrida pelo trabalhador, em sua morte prematura.

Neste sentido, entendemos que não pode haver um capitalismo de face humana: podemos nos submeter a sua opressão ou podemos destruí-lo, mas jamais poderemos controlá-lo de modo que suas relações sejam humanizadoras, pois se funda em princípios desumanos. Neste sentido, afirma Chesnais que “O capitalismo não é simplesmente um ‘sistema econômico’. É também (...) um sistema de dominação social em proveito de burguesias oligárquicas e oligarquias burocrático-capitalistas, hierarquizadas em nível mundial” (CHESNAIS, 2011, p. 189).

Já para Mészáros,

(...) o capital jamais se submeteu a controle adequado duradouro ou uma auto-restrição racional. Ele só era compatível com ajustes limitados e, mesmo esses, apenas enquanto pudesse prosseguir, sob uma ou outra forma, a dinâmica de auto-expansão e o processo de acumulação. Tais ajustes consistiam em contornar os obstáculos e resistências encontrados,

sempre que ele [o capital] fosse incapaz de demoli-los.” (MESZAROS, 2002, p.100)

Uma relação “humana” é aquela em que não se explora da natureza além das reais necessidades do homem, assim, como entre os homens, uma relação humana é aquela que não seja marcada pela exploração, pela opressão, pela violência real ou simbólica.

É ilusão acreditar que se pode remediar esse sistema com uma distribuição melhor, o que reduziria o efeito de subconsumo. No contexto da globalização e da concorrência de trabalhadores de país contra país, a produção recuperou plenamente o caráter de ‘produção para o capital’. A relação entre capital e trabalho voltou a ser radicalmente antagônica (...) Há também o antagonismo do capital em relação à ‘natureza’. Mais do que nunca assistimos, em escala planetária, ao processo de exploração até o esgotamento das duas fontes de onde brota toda a riqueza: a terra e o trabalhador (CHESNAIS, 2011, p.192-193).

A concentração é antropocêntrica, é desumanizadora. A socialização é não-antropocêntrica porque é humanizadora, porque não se funda na exploração, mas na transformação da natureza segundo aquilo que é necessário, não à produção de excedente, mas a satisfação das necessidades humanas, e não se funda na exploração do próprio humano, mas na associação de produtores livres, que irão produzir não mais a riqueza do padrão, mas valores de uso socialmente necessários.

Entretanto, é importante salientar que a menor unidade do organismo social – o indivíduo – jamais poderia existir dissociado de sua base biológica – o ser natural – mas que a inversão não é verdadeira: a natureza enquanto totalidade das coisas, fenômenos e processos existentes na realidade objetiva seguiria existindo e desenvolvendo-se sem a presença humana – muito embora de modos particulares bastante diferentes. Isto nos permite compreender que o importante para a Educação Ambiental não é centrar-se na natureza propriamente dita, no seu modo de se desenvolver e nas influências que o ser humanos sobre ela produz, mas ao contrário, temos entendido que a Educação Ambiental necessita centrar-se nas relações humanas, no modo de produção da vida social, entendendo que a influência do ser humano sobre a natureza que lhe é externa – que vem se mostrando na forma de uma crise ambiental – é uma consequência destas relações materiais de produção, ou seja, das relações dos homens enquanto desenvolvimento da sociabilidade humana.

Nesse sentido, a evolução da Educação Ambiental enquanto campo teórico, e sobretudo os embates ideológicos que advieram de tal evolução – destacando-se o desenvolvimento de um campo crítico da EA – vem reproduzindo uma tendência que se mostra hegemônica, de se entender o ambiente em suas múltiplas relações e a natureza

enquanto totalidade, o que dá indícios de que uma compreensão mais aproximada do objeto real – crise ambiental, crise da sociabilização burguesa – de suas causas e de seu modo de desenvolvimento.

A estratégia de superação da produção e reprodução da crise ambiental, como temos entendido, não pode ser uma estratégia de “conciliação”, mas de uma autêntica revolução. As estratégias de conciliação, na busca social-democrata de um capitalismo mais humano, ou de um capitalismo com face humana, se apresenta para nós como uma mistificação sem igual da realidade: o capitalismo não pode ser humano pois se fundamenta na exploração do que há de humano em nós, ele retira-nos a humanidade e transforma-nos em mercadoria. Capitalismo e humanidade tem, assim, interesses antagônicos: um é o inimigo histórico do outro, a vida de um depende, reciprocamente, da morte do outro.

Nossa posição se sustenta, fundamentalmente, na compreensão de que uma sustentabilidade substantiva – sustentabilidade da vida, e não da produção capitalista – parte das relações sociais de produção e do imperativo de que a reprodução da sociedade não esteja baseado na exploração (humana ou da natureza não-humana), mas na tomada da natureza por sua finalidade ontológica, por sua capacidade de sustentar e produzir o que há de humano em nós.

As crises econômicas de escala mundial, cada vez mais frequentes, concorrem com a crise ambiental, e em sua unidade, determinam a crise estrutural de que nos fala Mészáros (2002). Esta unidade se faz presente de forma marcante na análise do autor acerca do grau de desenvolvimento do modo de produção:

(...) numa época em que a vertiginosa produtividade do capital o capacita a engolir a totalidade dos recursos humanos e materiais do nosso planeta, e vomitá-los de volta na forma de maquinaria e ‘produtos de consumo de massa’ cronicamente subutilizados – e muito pior: imensa acumulação de armamentos voltados à potencial destruição da civilização por centenas de vezes – em uma situação como esta a própria produtividade se transforma num conceito enormemente problemático, já que parece ser inseparável de uma fatal destrutividade. (MESZAROS, 2002, p.527)

No entendimento que temos produzido, a inviabilidade do projeto reformista de Educação Ambiental que tem em seu centro a reorientação dos padrões de consumo – e não de produção – como estratégia de superação dos problemas ambientais se mostra quando, justamente, buscamos compreender estes problemas como parte de uma totalidade chamada Modo de Produção. No entendimento de Mészáros, “as causas da destruição ambiental [estão] muito mais profundamente enraizadas do que admitiam os líderes desses

movimentos reformistas que ignoravam programaticamente a questão das classes” (2002, p.94)

Chesnais, por sua vez, entende o movimento desta totalidade, ao expressar que “o período histórico em que estamos entrando será dominado pelo entrelaçamento entre as dimensões sociais e ecológicas das devastações provocadas pelo movimento de valorização do capital” (CHESNAIS, 2011, p.193). O autor problematiza a questão afirmando que

Estendendo-se por muitos anos, a crise econômica e financeira se tornará um dos aspectos de uma crise bem mais ampla: uma crise de civilização. Os explorados e dominados já estão mergulhados nela e afundarão cada vez mais (...) Em um horizonte temporal mais distante, os explorados e os dominados terão de enfrentar a interpenetração (...) entre a crise econômica mundial, a crise de alimentos que atinge as populações mais vulneráveis e os impactos sociais de uma crise provocada pelas mudanças climáticas, vista como crise das condições de reprodução social devido aos ecossistemas planetários e à degradação da biosfera (CHESNAIS, 2011, p.187-188).

Assim, o que consideramos necessário entender é que, na essência da crise estrutural do Modo de Produção Capitalista não existe super-consumo – mas ao contrário, os limites estruturais do sistema, que determinam o agravamento dos problemas ambientais, são ativados pela relação entre super-produção e sub-consumo. Esta relação se materializa no que Marx, em *O Capital* (MARX, 1996), chamou de “queda tendencial da taxa de lucro”, ou seja, uma tendência estrutural do modo de produção onde, uma vez alcançada certo grau de seu desenvolvimento (o que julgamos ter ocorrido por volta do final do século XIX e início do século XX) o lucro relativo gerado por cada unidade a mais produzida (lucro marginal) passa a ser cada vez menor em face da quantidade de investimentos que demanda.

Este fenômeno, em parte, se dá pela própria regulação “natural” do mercado – pela lei da oferta e demanda – uma vez que a saturação de mercadorias força o preço para baixo, e quanto mais mercadorias no mercado, menor será o preço unitário pelo qual o capitalista conseguirá vendê-la, produzindo assim uma antinomia no sistema: quanto mais o sistema produzir – quanto mais mercadorias no mercado – menor o lucro do capitalista; e por outro, quanto menos o capitalista individual produzir, maior será o preço unitário de sua mercadoria, e piores serão suas condições de concorrência com outros capitalistas.

O que se apresenta é uma situação em que desenvolver as forças produtivas de modo a aprimorar o processo de produção – de incrementar a produtividade do processo – representa queda da taxa de lucro, e não fazê-lo representa a obsolescência do produto em face do concorrente. A resposta para este dilema nos parece óbvia, mas de difícil

implementação: produzir para satisfazer as necessidades humanas – e não as necessidades do capital – em um sistema em que os produtores livremente associados produzem a riqueza material na medida em que seja necessário para o seu consumo, em outras palavras, se a produção for orientada para a satisfação das necessidades sociais e não para a acumulação de excedente, não só temos a superação do dilema da produção x lucro, como também temos superada a questão da produção destrutiva em face da natureza (biológica e social).

O obstáculo a ser superado, portanto, conforma-se na ordem do Capital, que se auto-produz pela extração da mais-valia para acumulação de excedente, e neste processo produz as sucessivas crises econômicas que ora vivemos, além da degradação humana e ambiental que, de forma crescente, produz resultados desastrosos.

A Necessidade de Superação

Analisar a crise ambiental como manifestação de uma crise de dimensões muito maiores, nos exige pensar em alternativas que possam nos orientar com práticas que sejam transformadoras das condições em que se vive. Muito embora possamos identificar que a possibilidade de se viabilizar uma transição a outro modelo de sociedade, ainda está hoje, um tanto fora da agenda da sociedade brasileira e global.

Quando se enfatiza a necessidade de uma mudança estrutural radical deve-se tornar claro, desde o início, que não é um apelo a uma utopia irrealizável. Ao contrário, a característica definidora primária das teorias utópicas modernas é precisamente a projeção de que a melhoria pretendida nas condições de vida dos trabalhadores poderia ser alcançada no âmbito da base estrutural das sociedades criticadas, ou seja, reside no campo da utopia o objetivo de reorientar o consumo para resolver a crise, mantendo as mesmas relações de produção.

O ponto que desejamos enfatizar é que a crise que temos de enfrentar é uma crise estrutural profunda e cada vez mais grave, que necessita da adoção de soluções estruturais abrangentes, a fim de alcançar uma solução sustentável. A crise em nossos dias não é compreensível sem que seja referida à ampla estrutura social global. Isso significa dizer que, a fim de esclarecer a sua natureza persistente e cada vez mais profunda em todo o mundo, devemos focar a atenção na crise do sistema do capital em sua totalidade, pois o que ora experimentamos é uma crise estrutural que tudo abrange.

Mészáros (2002) consegue, resumir as características que definem a crise estrutural que nos preocupa, colocando três aspectos principais que, segundo ele, são uma

novidade histórica da crise atual. O primeiro aspecto da Crise estrutural vivida hoje pela sociedade é o seu caráter universal, pois não atinge mais somente um lugar restrito, a uma esfera particular, como por exemplo, poderíamos citar a esfera econômica ou comercial, ou mesmo afetando este ou aquele ramo particular de produção, aplicando-se a este ou àquele tipo de trabalho, com sua gama específica de habilidades e graus de produtividade, etc.

O segundo aspecto é, de fato, que a crise que se desenvolve hoje é global, no sentido mais literal e ameaçador do termo, em lugar de limitado a um conjunto particular de países, como foram todas as principais crises do passado. O terceiro aspecto que podemos pontuar, juntamente com Mészáros é que a crise que se estabelece tem na sua escala de tempo a característica de extensa, contínua – se preferirmos, permanente – em lugar de limitada e cíclica, como foram todas as crises anteriores do capital. É por isso que uma crise estrutural põe em questão a própria existência do complexo global envolvido, postulando sua transcendência e sua substituição por algum complexo alternativo.

O mesmo contraste pode ser expresso em termos dos limites que qualquer complexo social particular tenha em sua imediaticidade, em qualquer momento determinado, se comparado àqueles além dos quais não se concebe ir. Assim, uma crise estrutural não está relacionada aos limites imediatos, mas aos limites últimos de uma estrutura global.

Desse modo, em um sentido bastante óbvio, nada poderia ser mais sério do que a crise estrutural do modo de reprodução sociometabólica do capital, a qual define os limites últimos da ordem estabelecida. Embora profundamente séria em seus parâmetros de importância mais gerais, a julgar pela aparência, a crise estrutural pode não parecer de importância tão decisiva quando comparada às vicissitudes dramáticas de uma crise conjuntural maior, mas estamos convencidos de que elementos “aparentes”, como a crise ambiental e as sucessivas crises do sistema financeiro internacional, são expressões fenomênicas da crise estrutural de nosso modo de produzir a vida e de existir em sociedade.

Marx (1996), em seu *O Capital*, nos chama atenção para pontos que nos oferecem o entendimento da superação do modo de produção vigente, pelo próprio desenvolvimento das forças produtivas que o constitui. Na circulação, nos coloca o autor, o capitalista e o trabalhador defrontam-se somente como vendedores de mercadorias que entre si se vendem. O trabalhador entra no processo de produção na qualidade de componente do valor de uso, da existência real e da existência como valor do capital. O capitalista existe só potencialmente como comprador de trabalho. O capitalista só se torna real quando, pela venda da sua capacidade de trabalho, o trabalhador, transformado em

operário assalariado, entra realmente no processo sob a direção do capital. Nesse caso, as funções que o capitalista exerce não são mais do que as funções do próprio capital. O capitalista só funciona enquanto capital personificado. O capitalista é o capital enquanto pessoa.

Do mesmo modo, o trabalhador funciona unicamente como trabalho personificado, trabalho que sobre ele opera como suplício, como esforço, mas que pertence ao capitalista como substância criadora e incrementadora de riqueza. Conseqüentemente, esse trabalho, enquanto tal, apresenta-se como um elemento incorporado ao capital no processo de produção, como seu fator vivo, variável. A dominação do capitalista sobre o trabalhador é, por conseguinte, a mesma dominação da coisa sobre o homem, a do trabalho morto sobre o trabalho vivo, a do produto sobre o produtor, já que na realidade, as mercadorias, que se convertem em meios de dominação sobre o trabalhador, não são mais do que simples resultados do processo de produção, do que produtos do próprio trabalhador.

A questão contraditória da inversão do sujeito e do objeto, torna-se, a princípio, dentro do modo de produção capitalista, como necessário ao desenvolvimento das forças produtivas, formadora sempre da “base material” da sociedade. O desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social é tarefa histórica do capitalismo, o que o legitima.

O capitalismo, ao exercer exatamente essa função, está criando, sem que esteja consciente disso, as condições materiais de uma forma superior de produção. No Prefácio de Para a Crítica da Economia Política, Marx (1983) aduz que as forças produtivas que se encontram em desenvolvimento no seio da sociedade burguesa criam elas próprias as condições materiais para a solução do antagonismo que produzem, ou seja, o conflito existente entre as forças produtivas e as relações de produção é, a um só tempo, a base material para o nascimento da nova sociedade e a condição para a dissolução do modo de produção ora vigente.

Toda e qualquer possibilidade dos indivíduos se reproduzirem como indivíduos sociais são desenvolvidas pelas condições do modo de como (re)produzem a própria vida. Esse tipo de processo vital é posto pelo próprio desenvolvimento histórico-econômico; tanto pelas condições objetivas quanto pelas condições subjetivas, que são apenas as duas formas distintas das mesmas condições.

Entre muitas das soluções que tem sido pensadas e alardeadas como salvadoras para a repulsiva desigualdade do sistema do capital, pensamos ser interessante destacar a prometida difusão no mundo inteiro do Welfare State, após a Segunda Guerra Mundial.

Entretanto a realidade prosaica dessa pretensa conquista histórica tornou-se não apenas fracasso absoluto na instituição do Welfare State em qualquer parte do chamado “terceiro mundo”. Mais ainda a liquidação atual das relativas conquistas do Welfare State – na esfera da segurança social, serviço de saúde e educação - mesmo no pequeno rol de países capitalistas privilegiados em que elas foram instituídas.

E, é claro que não podemos esquecer ou mesmo desconsiderar a promessa de realizar a fase mais elevada do socialismo através da derrota e abolição do capitalismo. Tragicamente, oito décadas depois da Revolução de Outubro, a realidade converteu-se na restauração do capitalismo de uma forma neoliberal regressiva nos países da antiga União Soviética e do Leste Europeu.

O denominador comum de todas as tentativas fracassadas – a respeito de suas diferenças principais – é que todas elas tentaram atingir seus objetivos dentro da base estrutural da ordem metabólica estabelecida pelo Capital. Entretanto, como penosas experiências históricas nos ensinam nosso problema não é simplesmente “a derrota do capitalismo”. Mesmo à medida que esse objetivo possa ser atingido, com certeza será apenas uma realização instável, porque tudo o que pode ser derrubado pode também ser restaurado. A verdadeira – e muito mais difícil – questão é a necessidade de mudança estrutural radical.

O sentido palpável de tal mudança estrutural é a completa erradicação do capital do processo sociometabólico. Em outras palavras, a erradicação do capital do processo metabólico de reprodução societária.

O capital, por não ser uma coisa, mas um processo de relações sociais, em si mesmo acaba sendo um modo geral de controle; o que significa que ele ou controla ou implode como sistema de controle reprodutivo da sociedade. Consequentemente, o capital enquanto tal não pode ser controlado em alguns de seus aspectos, enquanto deixa os demais no lugar.

Como podemos sentir todas as tentativas de medidas e modalidades para “controlar” as várias funções do capital em uma base duradoura falharam no passado. Tendo em vista sua incontornabilidade estrutural arraigada – o que significa que não há poder concebível dentro da base estrutural do próprio sistema do capital por meio do qual o próprio sistema possa ser submetido a um controle duradouro. O capital deve ser completamente erradicado. Este é o significado central de toda uma vida de trabalho de Marx. Em nossos dias, a questão do controle – por meio da instituição de mudança estrutural tem resposta ao aprofundamento de nossa crise estrutural – está se tornando

urgente não apenas no setor financeiro, devido ao desperdício de trilhões de dólares, mas em todo lugar.

Neste sentido, a dimensão produtiva do sistema – a saber, a própria relação do capital – é que deve ser fundamentalmente mudada a fim de superar a crise estrutural através da mudança estrutural adequada.

Como nos é possível entender, o que faz parte das características definidoras essenciais de qualquer sistema antagônico – em nosso foco, o estabelecido pelo Capital – é que ele seja estruturalmente incapaz de superar suas próprias contradições internas sem que tal movimento não represente a sua própria superação enquanto fenômeno material. Isso é precisamente o que o define como um sistema antagônico.

Considerações Finais

A crise estrutural do sistema do capital como um todo – a qual temos experimentado nos dias de hoje em uma escala de época – está destinada a piorar consideravelmente. Temos compreendido que irá se tornar, à certa altura, muito mais profunda, no sentido de invadir não apenas o mundo das finanças globais mais ou menos parasitárias, mas também todos os domínios de nossa vida social, econômica e cultural.

Um sistema de reprodução societal que funciona sobre a base de sua *automitologia de crescimento*: um “crescimento” em última instância autodestrutivo que significa nada mais que a necessidade alienante, porém absoluta, da expansão e acumulação do capital, independente das conseqüências, pode apenas implodir.

É por isso que somente uma mudança estrutural em um sentido histórico global pode oferecer qualquer esperança, ou seja, qualquer perspectiva de superar as contradições sistêmicas do capital na fase histórica de sua crise estrutural exigirá uma mudança radical no processo existe. Uma mudança estrutural historicamente sustentável, cujo principio orientador fundamental seja a criação de uma ordem de reprodução societal radicalmente diferente da que vimos vivenciando há mais de dois séculos.

A perspectiva de uma crise econômica crônica, o colapso do Estado de bem-estar social nas economias avançadas e a catástrofe ecológica abalaram os argumentos em favor do capitalismo. Esvai-se a ideia do fim da história, tão alardeada nos anos 1990. Nesse contexto e tendo em vista os desafios do século XXI, repensar o socialismo torna-se um projeto necessário.

Referências Bibliográficas

COLAO, Magda Maria. O Modo de Produção: Categoria do Materialismo Histórico. **Revista Movimento**, vol. 12, núm. 2, mai-ago/ 2006, pp. 143-169.

CHESNAIS, François. Não só uma Crise Econômica e Financeira, uma Crise de Civilização. In: JINKINGS, Ivana. NOBILE, Rodrigo. **Mészáros e o desafio do tempo histórico**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

MARX, Karl. **O Capital** – Crítica da Economia Política. Livro I. São Paulo: Nova Cultura, 1996.

MÉSZÁROS, István. O Marxismo Hoje. **Crítica Marxista**, Campinas, n.2, 1995.

MESZAROS, Istvan. **Para Além do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.

MÉSZÁROS, István. **A Crise Estrutural do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2009.

NETTO, José Paulo. **Economia Política**: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2010.